

8 Conclusão

Os altos custos para a produção de petróleo off-shore gera a necessidade de se fazer um estudo profundo sobre a viabilidade econômica de cada campo para que se possa ter uma boa estimativa do retorno dos investimentos e com isso diminuir os riscos de prejuízos ou de se alcançar uma taxa de retorno abaixo do desejado.

Associado aos altos custos da produção tem-se as altas taxas de incidências de impostos no Brasil. O que gera a necessidade de um estudo do impacto da incidência de impostos sobre o estudo econômico da produção do campo e um possível estudo sobre o retorno econômico-social que um campo vem a gerar para a região em torno da sua localização.

Conforme previsto, a alta incidência de impostos vem a gerar um impacto muito grande na produção o que chega em alguns casos a tornar o campo inviável economicamente e sendo assim, perde o governo, pois não arrecada nada, perde a população que não tem o benefício sócio-econômico que um campo gera em trono de si e perde a iniciativa particular que deixa de ter mais um campo de produção.

Verifica-se neste trabalho que a simples não incidência de impostos sobre os investimentos na produção de um campo gera uma perda de arrecadação muito grande por parte do governo. Sendo que a maior parte dos impostos arrecadados nos investimentos vem da incidência do ICMS e que a sua não incidência geraria uma maior perda de arrecadação para os cofres estaduais.

Nos estudos realizados foram consideradas umas taxas de atratividade de 13%, o que é considerado como um número bem conservador para um mercado de alto risco como é o de exploração em alto mar. Normalmente os investidores neste ramo de atividade só consideram um campo rentável quando a sua taxa de retorno fica entre 20% a 30% sobre o capital investido.

Todos os casos estudados têm um retorno do investimento maior do que a taxa de atratividade desejada (13%), logo fazendo com que todos os campos sejam viáveis de acordo com o nosso estudo. Somente no campo 3, por ser o de menor retorno, é que a incidência dos impostos sobre os investimentos torna o mesmo inviável.

Se considerarmos a taxa de retorno por volta de 20% como sendo o valor mínimo para os investimentos, o campo 5 fica também inviável com a incidência de impostos sobre os investimentos.

Segue um quadro com as taxas de retornos alcançadas em cada projeto com e sem imposto.

Caso	Taxa de Retorno	
	C/ Imposto	S/ Imposto
Campo 1	23,03%	29,02%
Campo 2	22,44%	28,49%
Campo 3	24,22%	30,23%
Campo 4	20,77%	25,14%
Campo 5	17,11%	21,16%
Campo 6	12,32%	16,14%

Quadro 50 – Taxa de Retorno dos campos com e sem imposto

Este estudo mostra que as taxas de retorno vão diminuindo com o tamanho do campo e que nos campos menores essa taxa de retorno chega a ficar bem no limite da economicidade. Inclusive chegando a ser inviável se houver a incidência de impostos sobre os investimentos.

Existe um apelo muito grande não só pelos investidores do ramo do petróleo, mas como os investidores em geral, para que haja uma redução nas taxações por parte do governo e que isso irá aumentar os investimentos nos setores econômicos de uma forma em geral. No caso do mercado de petróleo essa desoneração vem sendo feita através do Repetro, mas tem havido várias discussões a esse respeito e sempre no sentido de se solicitar que haja sempre uma desoneração maior nas taxações governamentais.

Este estudo veio a nos mostrar que o governo perde uma substancial parcela de receita quando desonera os investimentos do setor, mas em

compensação vem a tornar alguns investimentos inviáveis. O que para o governo pode não ser uma alternativa válida já que é sabido por todos e a indústria petrolífera trás diversos benefícios para as regiões em que há este tipo de indústria.

Para que se possa poder fazer uma análise melhor de como o governo poderia desonerar os investimentos realizados nos campos em favor de uma arrecadação que o mesmo não teria caso o campo não seja viável economicamente, seria necessária uma análise detalhada dos impactos sócio-econômicos que um campo de produção de petróleo gera quando entra em produção.

Fatores esses que seriam: impostos indiretos decorrentes de geração de empregos indiretos, geração de impostos decorrentes de empregos diretos que não foram contabilizados nesse estudo, o desenvolvimento econômico das regiões próximas dos campos de produção gerando com isso um desenvolvimento social e aumento da arrecadação governamental, geração de novos postos de empregos diretos e indiretos e que com isso contribui para a diminuição da taxa de desemprego, etc...

Com base em um estudo desse, o governo poderá fazer uma análise de quanto à população, e conseqüentemente o governo, ganha com a entrada de produção de um campo de petróleo e com isso realizar, se for o caso, um projeto que venha a viabilizar alguns casos que hoje não são viáveis e conseqüentemente gerando uma arrecadação e benefícios que não seriam possíveis sem a mudança de alguns parâmetros.

Existem várias hipótese para as reduções para as cargas tributárias mas consideramos que seria de vital importância que seja feito os estudos sobre os benefícios e os ganhos diretos e indireto que a industria de petróleo trás para as regiões afetadas antes de se discutir as eventuais reduções tributárias e incentivos fiscais, já que só assim o governo saberá o que esta perdendo coma desoneração e o que estará ganhando ao viabilizar alguns campos.